

As diferentes faces do racismo e suas implicações na escola

FLÁVIO SANTIAGO¹

GALLO, S. (org.). *As diferentes faces do racismo e suas implicações na escola*. Campinas: Leitura Crítica/ALB, 2014.

FRENTE À LUTA dos movimentos sociais pela construção de políticas públicas que visem à equidade social, o livro *As diferentes faces do racismo e suas implicações na escola* contribui para problematizarmos os mecanismos sociais homogeneizadores, voltados à supervalorização de aspectos eurocêntricos de matriz patriarcal, heteronormativa e homogeneizadora. A obra em destaque foi organizada por Sílvio Gallo, livre-docente da Universidade Estadual de Campinas.²

O livro está dividido em oito capítulos os quais reúnem pesquisas sobre as diferentes formas de racismo presentes na sociedade contemporânea realizadas por estudantes da pós-graduação e professore(a)s universitários membros do

1. Pedagogo e Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. E-mail: flavio.fravinho@gmail.com.
2. Sílvio Gallo recebeu o Prêmio Jabuti pelo livro *Metodologia do Ensino de Filosofia* e recebeu o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz na universidade em que trabalha. O organizador do livro, em sua trajetória acadêmica, tem desenvolvido pesquisas nos seguintes temas: filosofia francesa contemporânea e educação; ensino de filosofia; filosofia e transversalidade; anarquismo e educação.

Grupo de Estudos Diferenças e Subjetividades em Educação – DiS, da Faculdade de Educação da Unicamp.³

O conceito de racismo é tomado enquanto um poder que apaga e neutraliza as diferenças em prol da manutenção de uma normalização, marcando, através da ação do poder, aqueles/as que se distanciam da norma, sendo esta entendida como um mecanismo que, ao mesmo tempo em que individualiza, remete ao conjunto dos indivíduos. Assim, possibilita-se a comparação entre eles e, ao fazer isso, “rotula-se” de anormal aquele cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser (excessivamente) insuportável. Essa prerrogativa explicita uma das origens do racismo e os diferentes processos de exclusão que se desdobram dela, permitindo a construção de um olhar atento para desvendar a singularidade do racismo brasileiro e os aspectos sócio-históricos que o construíram.

Com base nesse pressuposto, os/as atores/as do livro nos instigam a pensar o racismo para além da discriminação referente ao pertencimento racial, considerando outras diferenças e possibilitando que as pessoas negras, as pessoas surdas, cegas, com problemas de mobilidade, com dificuldades de aprendizagem, que vivem a sexualidade diferente daquilo que é considerado “normal”, todas possam ser reconhecidas em sua singularidade.

Os aparatos teóricos trazidos pelo livro promovem reflexões acerca do acolhimento ou não das diferenças nas escolas brasileiras em nossos dias, problematizando os processos discriminatórios e segregacionistas presentes no interior das escolas, questionando a naturalização das desigualdades e estereotipização do “outro”.

Para compreendermos essa dinâmica, Silvio Gallo propõe, no capítulo *Filosofia, Diferenças e Política: em torno do Racismo de Estado*, pensarmos os processos racistas a partir do conceito de biopolítica, de Michel Foucault, levando-nos a refletir sobre o papel do Estado na manutenção das desigualdades sociais e na legitimação da hierarquização dos sujeitos. A biopolítica é uma tática de exercício do poder que é dirigida aos conjuntos populacionais e não aos indivíduos, constituindo-se como um poder sobre a vida das populações, com o objetivo de preservá-la. Neste sentido, o conceito possibilita entendermos os mecanismos sociais fomentados pelo Estado para “fazer viver e deixar morrer” os diferentes sujeitos que compõem a sociedade. Na analítica foucaultiana, o racismo é o mecanismo pelo qual o Estado justifica

3. O tema é resultado das discussões construídas em um seminário que aconteceu em novembro de 2011, no contexto do Fórum Permanente Desafios do Magistério, organizado pela Unicamp, pela Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), pela Associação de Leitura do Brasil e pelo DiS.

suas ações. O racismo de Estado funciona, então, como uma feição moderna do evolucionismo e do darwinismo social novecentista.

Os processos racistas criam mecanismos castradores da vida criativa e mantenedores das desigualdades, expondo as fragilidades do discurso igualitário existente no âmbito universalista do Estado, posicionando os sujeitos em seu *locus* social.

O sexismo é um exemplo dos mecanismos mantenedores das desigualdades, limitando as “*experienciações*” da vida com base em características binárias do que seja viver uma masculinidade ou feminilidade. Fernanda de Lourdes de Freitas, em *Gênero, Sexualidade e Educação: a fabricação das diferenças e do sexismo*, reflete sobre como a nossa sociedade fabrica as diferenças de gêneros, problematiza o papel desempenhado pela escola para a manutenção da normalidade de gênero e sexualidade e convida-nos a construir novas formas de educação que rompam com esse paradigma.

É necessário ressaltar que as relações sexistas vêm sendo construídas sob a ótica da subalternização do feminino e da manutenção da norma, estabelecendo relações desiguais, que impedem a igualdade entre os sujeitos, criando processos de exclusão.

Dentre os diferentes processos de exclusão racistas, também podemos ressaltar a inclusão escolar que tem como foco apenas o cumprimento de uma política pública e não o cultivo efetivo de ações de valorização das diferenças. A inclusão, para superar os mecanismos racistas, como demonstram Ana Archangelo e Fábio Camargo Bandeira Villela em *Crianças com “problemas de aprendizagem”: do desamparo ao preconceito*, deve proporcionar práticas diversificadas de valorização das diferenças, construindo a escola como um espaço do múltiplo.

Paralelamente a esse processo de inclusão, que não valoriza as diferenças, temos a construção racista dos fracassos escolares, que marca os sujeitos com o estigma do insucesso frente à escolarização. Em *Memórias da infância: ressignificações do fracasso escolar*, Lilian Cristine Ribeiro Nascimento analisa as relações afetivas que se estabelecem entre mães e filhos/as que vivenciam situações definidas e legitimadas pelos classificadores da ciência, da escola e da sociedade, e apresenta as dificuldades de aprendizagem não como frutos de uma anormalidade orgânica, mas como sintomas de um conflito psíquico que são, portanto, da ordem do inconsciente e reverberam no processo de aprendizagem das crianças na escola.

Para a inclusão e a superação do fracasso escolar é necessária a reconfiguração da pedagogia, de modo a estabelecer espaços para além da lógica racista, superando a ideia de um aluno/a ideal, de um modelo único de ensino e aprendizagem.

Vanessa Regina de Oliveira Martins e Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, em *Percursos e Partilhas: (des)caminhos da criação de um ensino bilíngue inclusivo para surdos*, destacam as produções de outras pedagogias em Campinas, num contexto bilíngue: a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como língua de instrução. As autoras demonstram que é possível inserir outras línguas para a construção efetiva dos processos de ensino e aprendizagem, possibilitando a abertura de espaços para as diferenças e para o combate das desigualdades, procurando desestruturar as lógicas que permitem a hierarquização e a desumanização dos sujeitos.

No bojo dessa discussão é importante destacar ainda o preconceito racial sofrido pelas crianças negras no ambiente escolar, as quais sofrem cotidianamente uma violência que simultaneamente as marca com um estigma de inferioridade e cria processos reiterativos de branqueamento, que apagam o pertencimento étnico-racial dos negros, legitimando os saberes eurocêntricos como única fonte de cultura.

Caroline Felipe Jango Feitosa, no capítulo *A superação do racismo na educação: um desafio do magistério apresenta*, mostra como os diferentes elementos do racismo presentes nas escolas excluem a possibilidade de afirmação de um pertencimento étnico-racial das crianças negras e afirmam um padrão de branquitude. Segundo a autora, esse processo se desenvolve por inúmeros mecanismos, dentre eles a ausência de material que contribua positivamente com a valorização da história e cultura afro-brasileira, bem como as escolhas pedagógicas e políticas do/a professor/a e o modo como ele/a julga acertado utilizar os recursos didáticos.

Nessa mesma linha de pensamento, Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, em *Questões fundantes para compreensão das relações étnico-raciais e formação docente: situando o debate*, expõe que o campo das relações étnico-raciais ainda é desconhecido por muitos docentes, ficando evidente uma reprodução estilizada de alguns preconceitos construídos historicamente pela sociedade colonial,

No capítulo *O racismo camuflado no Brasil e seus guetos simbólicos*, Ângela Soligo afirma que, para a superação desse processo é necessário questionar o mito da democracia racial, que se fundamenta na crença de que somos um país racialmente democrático. A autora apresenta o processo de racialização das diferenças como um dos marcadores da desigualdade em nossas escolas e nosso país.

O livro organizado por Silvio Gallo expõe os diferentes processos de exclusão e segregação sociais, já denunciados fortemente pelos movimentos sociais, trazendo contribuições para pensarmos uma escola não homogeneizadora e reprodutora das desigualdades. A discussão foucaultiana sobre esta temática aqui apresentada é

instigadora e convida o/a leitor/a a problematizar a tentativa imperativa do racismo de construir a exclusão dos sujeitos que desviam do padrão normalizado. É importante destacar que, no contexto brasileiro, esse processo de exclusão é interseccionado com a historicidade colonial que impõe elementos distintivos para os sujeitos e grupos sociais, marcando as subjetividades com um imposições colonialistas de classe, raça, gênero, sexualidade.

A obra em destaque é um instrumento potencializador para a construção de novos fazeres pedagógicos e políticos que valorizem as diferenças nas escolas brasileiras. Oferece a seus leitores problematizações de pesquisas em Educação e Diferenças na relação com práticas pedagógicas na educação básica, podendo instigar outras formas de construção de relações, que podem oferecer possibilidades de superação dos múltiplos racismos presentes em nossas escolas.

Recebido em 25 de março de 2014 e aprovado em 19 de abril de 2014.